PROVA DE CONHECIMENTOS (2ª versão)

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA PREENCHIMENTO DE TRINTA E CINCO POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO

(AVISO Nº 11570-B/2019, PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE, Nº 134, 1º SUPLEMENTO, DE 16.07.2019)

PROVA DE CONHECIMENTOS

INSTRUÇÕES:

1. Coloque o seu documento de identificação em cima da mesa.

2. Desligue o telemóvel e guarde-o (o telemóvel não pode permanecer sobre a mesa).

3.Não é permitido o uso de qualquer equipamento com possibilidade de acesso à internet, designadamente, tablets, computadores portáteis, smartphones,…, bem como o uso de auriculares.

4. Mantenha sobre a mesa apenas o material necessário para a realização da prova.

5. Preencha a identificação em maiúsculas e de forma legível.

6. A prova é de realização individual e tem a duração de 2 horas devendo cada candidato gerir o seu tempo. Trinta minutos, e quinze minutos**,** antes do seu termo, será efetuado o correspondente aviso.

7. A prova é constituída por 48 questões de escolha múltipla e divide-se em três partes, destinando-se a primeira a avaliar os conhecimentos de língua portuguesa e a segunda e terceira sobre as temáticas indicadas no ponto 14.2 do aviso de abertura do concurso.

8. Todas as questões de escolha múltipla são apresentadas com 3 hipóteses de resposta, das quais apenas uma se encontra correta.

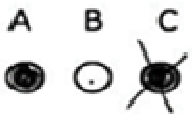
8.1. As respostas são preenchidas na Folha de Respostas, através do preenchimento do círculo a que corresponde a hipótese que considera correta. Deve ter atenção ao preenchimento da hipótese que considerar correta, pois a prova é sujeita a leitura ótica.

ERRADO **CERTO**



8.2. No caso de preenchimento incorreto, deverá inutilizar a resposta através da colocação de uma cruz em cima do círculo e assinalar a nova resposta por si escolhida dentro do círculo respeitante. Não pode utilizar corretor nem borracha.

CORREÇÃO



8.3. Todas as respostas com mais de uma hipótese assinalada por questão e não corrigidas nos termos indicados anteriormente, serão anuladas.

9. A Parte I tem uma valoração total de 4 valores e é constituída por 8 questões de escolha múltipla, valendo cada uma 0,5 valores.

9.1 A Parte II tem uma valoração total de 6 valores e é constituída por 15 questões de escolha múltipla, valendo cada uma 0,4 valores.

9.2 A Parte III tem uma valoração total de 10 valores e é constituída por 25 questões de escolha múltipla, valendo cada uma 0,4 valores.

10. Não deve interromper a prova solicitando esclarecimentos não imprescindíveis.

11. É permitida a consulta, apenas, da legislação não anotada identificada no aviso de abertura do procedimento. A consulta de qualquer outra documentação importará anulação da prova.

12. Em caso de desistência, deverá declará-lo na prova, que é entregue conjuntamente com a folha de respostas ao vigilante de sala. O candidato que desistir, deve retirar-se em silêncio das instalações do estabelecimento escolar onde a prova decorre.

13. Não pode ausentar-se da sala, exceto quando terminar a prova ou em caso de desistência, não antes de decorridos 20 minutos desde o seu início. Os candidatos que acabarem a prova antes da hora prevista para o seu termo também deverão entregar o enunciado da prova juntamente com a folha de respostas

BOA SORTE

PROVA DE CONHECIMENTOS

PARTE I

Leia atentamente o texto e de acordo com o mesmo responda às questões a seguir apresentadas

O horto do José Cosme

No Verão, às horas de calor, quando o sol caía a pino sobre a larga paisagem adormecida e turva, e as árvores da estrada não davam sombra que aliviasse, aquela tranquilidade com que o José Cosme ressonava sob o alpendre, braços nus e peito nu, o chapeirão de palha grossa resguardando-lhe a cara, fazia inveja aos que por ali passavam, cansados e cheios de poeira, flagelados por aquela estiagem inclemente.

Ó tio José! – gritavam-lhe do caminho.

- Tio José! Ó regalado!

Mas os que entendiam de lavoura, proprietários e maiorais, esses deixavam dormir o José Cosme e ficavam-se a admirar o horto.

Ora na verdade!... Belo horto, sim senhores! Por aquelas redondezas não havia outro que se lhe comparasse, tão esmerada e tão completa, pois que de mais a mais nem palmo de terra ficara inculto. Nas leiras, dispostas com simetria agradável, verdejavam cheios de viço, frescos e medrados, legumes de todas as castas – desde a alface muito tenra, de folhas verde-claras, toda acaçapada no chão húmido das regas, até às trepadeiras das vagens que enroscadas ascendiam pela basta «rodriga» de castanho aparada com todo o esmero, formando maciços de verdura sombria que os casulos esguios dos feijões crivavam de alto a baixo. Árvores, apenas as precisas para aformosearem o horto, sem prejudicarem com a sombra a vegetação franca das hortaliças. Mas todas as que havia eram mimosas de frutas nas estações competentes – cerejas, peras, maçãs, pêssegos mesmo.

Trindade Coelho,

Os Meus Amores.

1. Como classifica quanto ao acento tónico a palavra "feijões":

A- Paroxítona ou Grave

B- - Oxítona ou Aguda

C- Proparoxítona ou esdrúxula

2. Na frase "Nas leiras, dispostas com simetria agradável, verdejavam cheios de viço…", o verbo verdejar está:

A- No presente do indicativo

B- No pretérito perfeito

C- No pretérito imperfeito

3. De entre as seguintes, indique a palavra sinónima de "acaçapada":

A- Viçosa

B- Acocorada

C- Espigada

4. Na frase "…flagelados por aquela estiagem *inclemente*.", como classifica gramaticalmente o vocábulo destacado em itálico?

A- Adjetivo

B- Substantivo

C- Advérbio

5. Num texto, o parágrafo consiste em:

A- Uma frase entre dois pontos finais

B- Parte de um discurso com unidade de sentido compreendida entre dois pontos finais com mudança de linha

C- Discurso com ideias fundamentais que compõem um texto

6. Na opinião do autor do texto, qual a maior qualidade do personagem principal enquanto trabalhador?

A- Eloquência

B- Cobiça

C- Competência

7. E qual o sentimento dos outros lavradores, perante a obra do tio José?

A- Inveja

B- Admiração

C- Curiosidade

8. Se fosse o autor do texto, que outro título poderia dar ao texto apresentado:

A- Tardes de calma

B- Ao pôr-do-sol

C- Encontro ao entardecer

PARTE II

9. O IRN, I.P., estrutura-se em:

A- Serviços de registos e serviços de notariado

B- Serviços centrais e serviços de registo

C- Serviços centrais e serviços descentralizados

10. São órgãos do IRN, I.P.:

A- O Conselho do Notariado

B- O Presidente do Conselho Diretivo

C- O Conselho Consultivo

11. O Instituto dos Registos e do Notariado (IRN, I.P.), é um instituto público integrado:

A- Na administração central do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira

B- Na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio

C- Na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa

12. O Departamento de Identificação Civil, é:

A- Uma unidade orgânica desconcentrada do IRN, I.P.

B- Uma unidade orgânica nuclear do IRN, I.P.

C- Uma unidade orgânica flexível do IRN, I.P.

13. As conservatórias de registo civil são:

A- Serviços periféricos do IRN, I.P.

B- Serviços centrais de registo do IRN, I.P.

C- Serviços desconcentrados do IRN, I.P.

14. O vínculo de emprego público constitui-se por:

A- Nomeação e contrato de prestação de serviços

B- Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e comissão de serviço

C- Contrato de trabalho em funções públicas e contrato individual de trabalho

15. A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, aplica-se:

A- Aos institutos públicos

B- Às empresas públicas

C- Ao Banco de Portugal

16. Suponha que celebra contrato de trabalho em funções públicas no âmbito do presente concurso. O início da execução do contrato decorre:

A- Em regime de estágio

B- Em comissão de serviço

C- Em período experimental

17. O contrato de trabalho em funções públicas:

A- É um acordo celebrado entre uma entidade pública e um particular

B- É um ato praticado pela entidade pública que depende da aceitação do trabalhador contratado

C- É um ato unilateral da entidade empregadora pública cuja eficácia depende de publicação

18. Os trabalhadores devem desempenhar as funções com equidistância relativamente aos interesses com que sejam confrontados, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos. Trata-se de uma garantia do dever:

A- Da imparcialidade

B- Da boa-fé

C- Da colaboração com os particulares

19. O vínculo de emprego público suspende-se:

A- Durante o período de férias

B- Nas situações de doença

C- Nas situações de licença sem remuneração

20. O exercício de funções públicas pode ser acumulado com funções ou atividades privadas, quando:

A- Não sejam remuneradas

B- Não sejam legalmente consideradas incompatíveis, mediante prévia autorização

C- Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, não carecendo de prévia autorização

21. Das seguintes afirmações, assinale a verdadeira:

A- A carreira de assistente técnico é pluricategorial

B- A carreira de assistente técnico classifica-se no grau de complexidade funcional 3

C- Um assistente técnico não pode desempenhar funções correspondentes à carreira de técnico superior

22. O dever de correção consiste em:

A- Tratar com respeito os utentes dos órgãos ou serviços e os restantes trabalhadores e superiores hierárquicos

B- Acatar e cumprir as ordens dos legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e com a forma legal

C- Comparecer ao serviço regular e continuamente e nas horas que estejam designadas

23. Integram carreiras de regime geral:

A- Pessoal dirigente, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais

B- Técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais

C- Chefes de secção, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais

PARTE III

24. O Bento requereu a emissão do cartão de cidadão em 10 de abril de 2018, tendo o mesmo sido emitido em 17 de abril de 2018. Em 23 de abril de 2018, o Bento efetuou o levantamento do cartão de cidadão.

O Bento pretende assinar um documento digitalmente com recurso ao certificado de assinatura digital qualificado do seu cartão de cidadão, mas perdeu a Carta PIN e não sabe quais os códigos pessoais (PIN e PUK) associados ao cartão. É possível ao Bento, com aquele cartão de cidadão, voltar a ter um código pessoal (PIN) de assinatura digital que lhe permita assinar?

A- Não. Terá que requerer a renovação do cartão de cidadão para lhe serem emitidos novos códigos pessoais (PINs)

B- Sim. Solicita presencialmente ou por via eletrónica a recuperação do código pessoal de desbloqueio (PUK) e define novo código pessoal (PIN) de assinatura digital

C- Sim. Pede presencialmente a recuperação do código pessoal de desbloqueio (PUK) e define novo código pessoal (PIN) de assinatura digital

25. A Suzy, de nacionalidade brasileira, de 35 anos de idade, tem Cartão de Residência válido até 31/12/2023, e foi-lhe atribuído o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres ao abrigo do Tratado de Porto Seguro de 2000. A Suzy pretende solicitar a emissão de cartão de cidadão ao abrigo do referido Estatuto, com nível de prioridade normal, e quer saber o valor da respetiva taxa. A Suzy pagará:

A- 18 €

B- 15€

C- 7,50 €

26. **A Benilde de 54 anos, nascida em Castelo Branco, de nacionalidade Italiana, está a viver em Portugal há 6 meses, e tem viagem marcada para a Alemanha, mas o seu Passaporte caducou. Consultou a informação disponível no sítio eletrónico justica.gov.pt, onde leu que o cartão de cidadão válido permite viajar para os países do Espaço Shengen, entre os quais se inclui a Alemanha. Assim, tomou a decisão de se dirigir ao serviço de atendimento do Campus da Justiça, em Lisboa, para efetuar o pedido de emissão do cartão de cidadão.**

O pedido da Benilde será deferido?

A- Sim, porque é natural de Portugal

B- Sim, porque a Alemanha é um dos países do Espaço Shengen

C- Não

27. **A Maria residia na Vila de Sintra e comprou uma casa nova no Município do Barreiro, tendo-a destinado à sua residência própria permanente. Em conversa com a nova vizinha Conceição, esta diz-lhe que viu no Programa "Contas Poupança" que pode beneficiar de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis, devendo, para esse efeito promover a alteração de morada no cartão de cidadão, para que a Autoridade Tributária Aduaneira tenha o devido conhecimento.**

Esse pedido de alteração deve ser requerido:

A- Junto de qualquer serviço de atendimento da Autoridade Tributária Aduaneira, presencialmente ou por via eletrónica

B- Mediante o envio de comunicação, por via eletrónica, no prazo de 30 dias a contar da data em que ocorreu a alteração de morada, à Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P;

C- Junto dos serviços de receção do Cartão de cidadão, presencialmente ou por via eletrónica

28. **O Anastácio efetuou o pedido de cartão de cidadão por via eletrónica, a partir de casa, com prioridade urgente, dado que o mesmo só estava válido por mais 5 dias. Escolheu como local de entrega a Conservatória do Registo Civil de Mafra. Ao 3.º dia após o pedido, teve uma doença súbita que o impede de se deslocar aos serviços. Perante este impedimento, como deve proceder para levantar o cartão de cidadão?**

A- Indicar um terceiro para proceder ao levantamento do cartão de cidadão junto da Conservatória do Registo Civil de Mafra

B- Requerer junto da Conservatória do Registo Civil de Mafra que o cartão de cidadão seja remetido, para a sua morada, por correio e paga a taxa devida por alteração do local de entrega no valor de 6 €

C- Formular pedido de deslocação de trabalhador da Conservatória do Registo Civil de Mafra ao local onde se encontra para lhe proceder à entrega do cartão de cidadão

29. A Maria efetuou o levantamento do seu cartão de cidadão em 3 de janeiro de 2020, data em que celebrou o seu 17.º aniversário, não tendo ativado o certificado qualificado para assinatura digital. Pretende nesta data ativar o certificado de assinatura digital. Pode ainda fazê-lo?

A- Sim, pode efetuar a ativação do certificado qualificado para assinatura digital em momento posterior à entrega do Cartão de cidadão

B- Não, porque ainda não completou 18 anos de idade

C- Não, porque a ativação do certificado qualificado para assinatura digital é necessariamente feita no momento da entrega do cartão de cidadão

30. A Diana pretende efetuar a recuperação do seu PUK de autenticação, e apresenta um atestado de insuficiência económica emitido pela junta de freguesia da sua área de residência. A Diana está sujeita ao pagamento de alguma taxa?

A- Sim. Terá que pagar o valor de 5€

B- Sim. Terá que pagar o valor de 5 € se requerer o serviço presencialmente, e pode beneficiar de uma redução de 10% se requerer o serviço por via eletrónica

C- Não. Ficará isenta do pagamento da taxa

31. O João Simões nasceu em França, nacional português, filho de pai português e de mãe francesa, e desde os 5 anos de idade que reside nos Estados Unidos da América.

Do seu assento de Nascimento consta no campo do nome próprio: "João" e no campo relativo ao apelido "Gautier da Silva".

O João tem como ator preferido o John Travolta, e em sua homenagem pretende que o seu nome próprio seja inscrito no cartão de cidadão como "John". O seu pedido pode ser deferido?

A- Sim, porque John traduzido para a língua portuguesa significa João
B- Não, porque não nasceu nos Estados Unidos da América
C- Não, porque o nome próprio tem de ser inscrito no Cartão de cidadão de acordo com o Assento de Nascimento

32. A Benedita tem 13 anos e solicitou a renovação do seu cartão de cidadão. Para efetuar o respetivo levantamento necessita de se deslocar aos serviços?

A- Não, o levantamento pode ser efetuado pela mãe da Benedita, na qualidade de detentora das responsabilidades parentais
B- Sim, para efetuar o levantamento têm de estar presentes a Benedita, na qualidade de titular dos dados, e a sua mãe, na qualidade de detentora das responsabilidades parentais
C- Sim, como já completou 12 anos o cartão de cidadão só pode ser entregue à própria Benedita

33. A Guarda Nacional Republicana, enquanto autoridade de polícia criminal, no âmbito de um processo de contraordenação decorrente de uma infração rodoviária, solicita à Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P, I.P, que lhe seja fornecida a morada e a fotografia dum determinado cidadão. O pedido pode ser deferido?

A- Sim, porque estamos perante um pedido formulado por uma autoridade de polícia criminal
B- Sim, porque o pedido é formulado por uma autoridade de polícia criminal no âmbito de um processo contraordenacional
C- Não, porque a informação sendo solicitada por uma autoridade de polícia criminal, não é requerida no âmbito de um processo penal

34. No âmbito da prestação do serviço presencial de informações relativas ao Cartão de cidadão, surge um utente que pretende requerer o registo criminal, deve adotar o seguinte procedimento:

A- Procede ao encaminhamento do utente para a entidade pública competente para prestar o serviço

B- Recusa-se a efetuar o atendimento

C- Informa cordialmente o utente de que nada sabe sobre esse assunto, não prestando qualquer informação

35. A Genoveva requereu o seu cartão de cidadão em Carrazeda de Ansiães e indicou como local de levantamento o serviço de Freixo de Espada à Cinta. Entretanto emigrou para Bruxelas, na Bélgica, para desempenhar funções na Comissão Europeia. Pode levantar o seu cartão de cidadão em Bruxelas?

A- Não, o cartão de cidadão só pode ser levantado onde foi solicitado

B- Sim, desde que solicite a alteração do local de entrega

C- Não, porque o cartão de cidadão só pode ser levantado no local indicado no momento do pedido

36. Américo, cidadão português, teve conhecimento de que o seu irmão gémeo, que foi adotado ainda em bebé, que nunca mais viu, está vivo, mas cujo paradeiro desconhece. Pretendendo contacta-lo, dirigiu-se ao balcão do Departamento de Identificação Civil, no Campus da Justiça, formulando pedido de informação sobre a identificação civil do irmão, indicando o seu nome, data de nascimento e local do nascimento. O pedido pode ser deferido?

A- Sim, desde que junte prova do parentesco que invoca

B- Não, porque não tem legitimidade

C- Não, porque tem sempre que ser representado por advogado

37. António Fernandes adquiriu a nacionalidade portuguesa em março de 2015, com 21 anos de idade, tendo-lhe sido emitido cartão de cidadão com o prazo de validade de 5 anos.

Em dezembro de 2019 chegou ao conhecimento do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P, através da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Haia, que o documento que baseou a aquisição da sua nacionalidade poderá ser falso. A Conservatória do Assento de Nascimento, abriu processo de averiguações e pôs nota deste processo nesse Assento.

Posteriormente, em janeiro de 2020, António Fernandes, com 26 anos de idade, requer a renovação do seu cartão de cidadão por decurso do prazo de validade. Relativamente a este cartão de cidadão:

A- Será emitido com um prazo de validade de 10 anos
B- Será emitido com um prazo de validade de 1 ano
C- Não será emitido, enquanto não estiver esclarecida a verdadeira identidade e nacionalidade do António Fernandes.

38. Gabriel dirigiu-se à Loja de telecomunicações MELANCOLIA, para celebração de um contrato da TV por cabo. Foi-lhe pedida a fotocópia do cartão de cidadão para que a mesma ficasse anexa ao contrato para prova da respetiva identificação. O Gabriel prontamente entregou o seu cartão de cidadão para o efeito requerido, tendo a mesma ficado anexa ao contrato. A Loja ao fotocopiar o cartão de cidadão violou alguma norma?

A- Sim. A Lei que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização proíbe, em todos os casos, expressamente a reprodução em fotocópia do cartão de cidadão;

B- Não, porque para a verificação da identidade é sempre necessário entregar uma fotocópia do cartão de cidadão;
C- Não, porque o Gabriel deu concordância a que a Loja fotocopiasse o seu cartão de cidadão

39. A Carolina não encontrando o seu cartão de cidadão, liga para a Linha de Apoio do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P, efetuando o respetivo cancelamento e agendando local para a renovação. Cerca de 1 hora depois, recebe o telefonema da mãe informando-a que encontrou o seu cartão.

Perante esta notícia que procedimento deverá ter a Carolina?

A- Renovar o seu cartão de cidadão
B- Ligar para a Linha de Apoio e dar sem efeito o cancelamento e o agendamento, continuando a identificar-se com o cartão de cidadão
C- Nada fazer

40. Por constrangimentos técnicos as impressões digitais recolhidas não ficaram registadas no pedido de cartão de cidadão. O serviço solicita, por mensagem de correio eletrónico, que o cidadão se desloque novamente ao serviço para proceder a nova recolha, marcando dia e hora para o efeito. O cidadão comparece nos serviços, no dia e à hora marcada, e dirige-se ao trabalhador que está no posto de trabalho dedicado às informações para anunciar a sua presença. Este trabalhador deve:

A- Informar o cidadão de que estão utentes em espera para a recolha de dados biométricos para emissão do cartão de cidadão, e que o mesmo deve retirar a senha respetiva e aguardar a sua vez;

B- Abandonar de imediato o seu posto de trabalho e efetuar o atendimento do utente

C- Informar o utente de que tem prioridade no atendimento e encaminha-lo para o posto de trabalho adequado para o atendimento

41. O tribunal Judicial de Viana do Castelo solicita ao Instituto dos Registos e do Notariado, I.P, cópia dos dados biográficos e biométricos registados na base de dados do Passaporte relativamente a determinado cidadão. Perante tal situação deve o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P, I.P:

A- Devolver o ofício ao Tribunal Judicial de Viana do Castelo, informando da sua incompetência para a prestação das informações solicitadas;

B- Reencaminhar o ofício para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna por ser esta a entidade competente para prestar a informação, dando desse facto conhecimento ao tribunal;

C- Prestar a informação uma vez que o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P do Ministério da Justiça, tem competência para a receção do requerimento de concessão do passaporte comum

42. O Instituto das "Queijadas Dona Amélia", Serviço da administração indireta da Região Autónoma dos Açores, pretende operacionalizar a criação de um sistema de cadastro pessoal de todos os trabalhadores, que conterá o número de identificação civil de cada trabalhador. Para o efeito, solicita a criação de uma ligação à base de dados do cartão de cidadão. A Legislação que criou o referido cadastro não prevê qualquer comunicação entre bases de dados. Este pedido reúne condições para ser deferido?

A- Sim, existe legislação especial que cria o cadastro;

B- Não, porque não existe norma que habilite à comunicação entre o cadastro dos trabalhadores da Região Autónoma dos Açores e a base de dados do Cartão de cidadão;

C- Sim, porque os dados registados na base de dados do cartão de cidadão podem ser utilizados para qualquer finalidade

43. O Rodrigo tem 17 anos de idade e no final do mês de setembro pretende viajar para Angola onde os seus pais, detentores das responsabilidades parentais, se encontram a trabalhar, mas não tem passaporte.

O Rodrigo está a residir com os avós maternos.

Pode efetuar o pedido de passaporte sozinho?

A- Sim, porque já completou 16 anos de idade

B- Não. Só poderá solicitar a emissão do passaporte acompanhado pelos pais

C- Não, mas pode ser acompanhado pelo avô, o qual tem autorização emitida pelos pais, para o efeito.

44. A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P tem competência para a concessão e emissão de passaporte

A- Verdadeiro

B- Falso

C- Verdadeiro, apenas quanto à concessão e emissão do passaporte comum

45. A Joana pretende levar o filho Martim de 1 ano de idade visitar os seus pais que residem em Cabo Verde. Para o efeito dirige-se a um balcão de atendimento e solicita emissão de passaporte para si e para o seu filho. Qual a validade com que serão emitidos estes passaportes?

A- Ambos com 5 anos de validade

B- O da Joana com 10 anos de validade, e o do Martim com 5 anos de validade

C- O da Joana com 5 anos de validade e o do Martim com 2 anos de validade

46. O Manuel é portador de passaporte com validade de 18 meses, está em bom estado de conservação, está atualizado, ainda tem páginas por preencher, mas pretende renovar porquanto vai estar ausente por 3 anos. Pode renova-lo já?

A- Não, porque o passaporte tem mais de um ano de validade

B- Sim, porque o passaporte tem mais de 6 meses de validade

C- Sim, porque quando regressar a Portugal o passaporte já estará caducado

47. A Inês é portadora de passaporte válido que se encontra no consulado do Brasil em Portugal para obtenção de visto, e que lhe será devolvido no prazo de um mês. Porém tem viagem marcada para os Estados Unidos da América na próxima semana.

A Inês terá de adiar a viagem?

A- Não, porque tem cópia do passaporte

B- Não, desde que solicite e lhe seja deferida a emissão de segundo passaporte

C- Sim.

48. Na concessão de novo passaporte comum, o passaporte anterior deve:

A- Ficar na posse do cidadão, pois pagou-o

B- Ser sempre entregue no balcão, pois o passaporte é propriedade do Estado Português

C- Ser entregue no balcão, exceto quando contenha vistos válidos

Fim